

INTÉRPRETES DO BRASIL: ROBERTO SIMONSEN E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO BRASIL

Interpreters in Brazil: Roberto Simonsen and his contribution to organizational studies in Brazil

Marcio Ferreira Bezerra¹
Lucas Freesz²

Recebido em: 20 jul. 2017
Aceito em: 14 ago. 2017

Resumo: O presente artigo tem como objetivo retratar a trajetória de Roberto Cochrane Simonsen, delineando pontos importantes, como sua formação bem como os rumos que sua vida pública tomou ao longo do tempo, demonstrando as motivações que o levaram a ser considerado um dos intérpretes do Brasil. Também tem o propósito de trazer para discussão a produção intelectual de Simonsen, elencando suas principais contribuições como o pioneirismo na história econômica, importância dos estudos empírico, papel proeminente da industrialização para o desenvolvimento do Brasil e o planejamento como ferramenta necessária para que se mantenha a democracia. Como conclusão, o artigo busca alinhar suas principais contribuições no pensamento social brasileiro, relacionando-as com a área de Estudos Organizacionais no Brasil.

Palavras-Chave: Roberto Simonsen. Desenvolvimento Nacional. Estudos Organizacionais.

Abstract: This article aims to portray the trajectory of Roberto Cochrane Simonsen, outlining important points such as his formation, as well as the directions that his public life has taken over time, demonstrating the motivations that led him to be considered as one of the interpreters of Brazil. It also aims to bring Simonsen's intellectual production to the forefront, discussing his main contributions such as pioneering economic history, the importance of empirical studies, the prominent role of industrialization in Brazilian development, and planning as a necessary tool to maintain democracy. As a conclusion the article tries to align its main contributions in Brazilian social thought, as previously mentioned, relating them to the area of Organizational Studies in Brazil.

Keywords: Roberto Simonsen. Economic Planning. National Development.

¹ Mestrando em administração pela Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO). Pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (RJ). E-mail: marcio_ferreira86@yahoo.com.br.

² Mestrando em administração pela Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO). E-mail: lucasfreesz@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Ao longo de sua história, o Brasil passou por algumas transformações administrativas, e um dos principais episódios é a trajetória de modernização pela racionalidade econômica, na tentativa de se superar os problemas advindos do subdesenvolvimento e do atraso econômico (CEPÊDA, 2006).

No período de 1930, o Brasil pode ser identificado por um rápido movimento de constituição do aparelho econômico, e que muitas de suas características nem sempre têm sido enfatizadas pela literatura. Esta etapa é conhecida como crucial para a constituição do “capitalismo industrial” (DRAIBE, 2004). O período compreendido entre 1930 e 1980 (Nacional Desenvolvimentismo) é reconhecido como fase mais expressiva, onde houve convergência entre os dilemas econômicos e a questão da modernização (CEPÊDA, 2003).

Roberto Cochrane Simonsen, com seu pensamento nacional desenvolvimentista, teve papel proeminente nessa convergência, a autora Vera Alves Cepêda (2011) aponta três argumentos para justificar sua relevância nesse aspecto: a) visão e posição de liderança em relação aos interesses do setor industrial, que foi de extrema importância, já que representava uma alternativa à corrente dominante, que defendia a vocação agrícola, b) Industrialização e planejamento como mecanismos para mudança social em prol da modernização e c) Simonsen teve efetiva atuação no aparelhamento dessa vocação através da concepção de inúmeras instituições e atividades conforme será relatado posteriormente.

Simonsen era o patrono do Industrialismo paulista, líder empresarial nacional, era autor da obra pioneira na historiografia econômica brasileira e defendia o planejamento econômico (BRUZZI CURI, 2015). Roberto também foi tido por Bielschowsky (1996) como precursor do desenvolvimentismo. Ao apresentar uma alternativa à vocação agrária do país, Simonsen entrou em uma grande discussão na década de 40 com Eugênio Gudin, tal discussão ficou conhecida como a controvérsia do planejamento. Essa discussão permitiu a Roberto Simonsen expor todos seus argumentos em relação à planificação econômica, à industrialização e à questão que envolvia o desenvolvimento (TEIXEIRA, MARIGNONI, GENTIL; 2010).

Em um primeiro momento, o artigo se propõe a tratar da formação e da vida pública do industrialista, na tentativa de deixar claras suas motivações, objetivos e onde atuou. Em uma segunda etapa, o artigo irá apresentar um compilado sobre sua produção intelectual, destacando quais foram suas influências ao longo de sua carreira, bem como as principais ideias norteadoras que são características de Simonsen.

O empresário representou um ponto importante no pensamento social brasileiro, conseqüentemente, através de sua produção intelectual é possível buscar aspectos que foram tratados por Simonsen e que ainda não eram explorados dentro dos Estudos

Organizacionais, aspectos estes que serão tratados em um terceiro momento em conjunto com a tentativa de se aproximar seu pensamento com alguma das Teorias da Organização e consequente contribuição para os Estudos Organizacionais.

MATERIAL E MÉTODOS

Quanto à abordagem, a presente pesquisa se caracteriza como qualitativa, a partir do interesse em aprofundar o conhecimento sobre as contribuições de Roberto Simonsen para os Estudos Organizacionais no país. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Ainda possui características descritivas que segundo Triviños (1987), a pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

Quanto ao procedimento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que para Fonseca (2002), é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos, web sites. Para Gil (2007), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema. Para isso, foram pesquisados livros, artigos acadêmicos e sítios oficiais, que puderam fornecer informações de fontes confiáveis sobre a vida e as contribuições de Roberto Simonsen.

FORMAÇÃO E VIDA PÚBLICA DE ROBERTO SIMONSEN

Roberto Simonsen nasceu no Rio de Janeiro, em 18 de fevereiro de 1889, veio de uma família tradicional e influente, com raízes nos negócios do Império e quando tinha um ano de idade se mudou para Santos O pai era Sydney Martin Simonsen, inglês que chegou ao Brasil aos 25 anos em 1875 e posteriormente veio a se casar com Robertina Gama Cochrane, advinda de uma linhagem inglesa (MAZA, 2002).

Simonsen era o segundo de cinco filhos, na adolescência mudou-se para São Paulo onde cursou o secundário no Colégio Anglo Brasileiro. Na época morava com seu avô materno, Inácio Wallace Gama Cochrane, engenheiro de renome e ex-deputado. O avô materno teve grande influência na vida de seu neto, fazendo com que seguisse a carreira de engenheiro, conseqüentemente, aos 21 se formou na Escola Politécnica (TEIXEIRA, MARIGNONI, GENTIL; 2010).

O primeiro emprego de Simonsen foi na Southern Brazil Railway, em 1909, onde

permaneceu por um ano e, em 1912, voltou para Santos, onde ocupou a diretoria geral das obras da Prefeitura (MAZA, 2002), datam desta época suas primeiras atividades na Companhia Frigorífica de Santos e na Companhia Frigorífica e Pastoril de Barretos (TEIXEIRA, MARIGNONI, GENTIL; 2010).

A vida pública de Simonsen tem início aos 30 anos de idade (TEIXEIRA, MARIGNONI, GENTIL; 2010). Em 1919, o industrial foi convidado pelo governo brasileiro para integrar a Missão Comercial à Inglaterra, onde seriam estabelecidos acordos com o empresariado britânico. Em seguida foi para Paris, onde participou do Congresso Internacional dos Industriais de Algodão, tomando parte, também, na Conferência Internacional do Trabalho de Washington, buscando investimentos e capitais, mostrando o Brasil como um local repleto de oportunidades (TEIXEIRA, MARIGNONI, GENTIL, 2010; CEPÊDA, 2011).

Em meados dos anos 20, o Industrialista seria reconhecido como a mais expressiva liderança empresarial brasileira (MAZA, 2002; CEPÊDA, 2003; BRUZZI CURI, 2015). Atividades industriais de maior relevância tomaram forma no início de 1926: Organização da Companhia Nacional da Borracha, da Companhia Nacional de Artefatos de Cobre, da Companhia Cerâmica São Caetano S.A e da Fábrica de Tecidos Santa Helena. Neste período foi eleito presidente do Sindicato Nacional de Combustíveis Líquidos e se tornou sócio da casa Comissária Murray, Simonsen e Companhia Ltda. e do banco inglês Lazard Brothers (TEIXEIRA, 2007).

Aos 39 anos de idade ficou com o segundo cargo de maior importância no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (TEIXEIRA, MARIGNONI, GENTIL, 2010; BRUZZI CURI, 2015).

A partir de 1930, as ideias do empresário, como o protecionismo e o planejamento ganharam força, modificando suas ligações políticas (TEIXEIRA, MARIGNONI, GENTIL, 2010; CEPÊDA, 2011; BRUZZI CURI, 2015). Em 1934, foi eleito Deputado Federal por São Paulo (TEIXEIRA, MARIGNONI, GENTIL, 2010).

Em 1934, Simonsen envolveu-se no projeto de fundar a instituição de ensino superior que formasse quadros técnicos para a elite dirigente paulista: Escola Livre de Sociologia e Política em 1937. Seu papel principal, era voltado para a investigação intelectual e teórica, com a função de ajudar a comandar os negócios do Estado; e, em 1931, fundou a Federação da Indústria Paulista (FIP), mais tarde denominada Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) (BRUZZI CURI, 2014). Ainda em 1937, substituiu Euvaldo Lodi como membro do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE).

Em 1945, com a volta do país ao regime constitucional, o Partido Social Democrático de São Paulo apresentou o nome de Simonsen para o Senado, e sua vitória nas urnas foi expressiva (CEPÊDA, 2003).

PRODUÇÃO INTELECTUAL

INFLUÊNCIAS

As influências teóricas de Simonsen são Friedrich List, criador da Escola Histórica Alemã, e Mihail Manoilescu, defensores do protecionismo e do intervencionismo estatal na industrialização de países que só podem levá-la à frente fugindo do livre-câmbio e das doutrinas econômicas que amparam a presença econômica e financeira da Grã-Bretanha no mundo (BIELSCHOWSKY, 1996; CURI, CUNHA, 2011; LEÃO, PINTO, SILVA, 2015). Fábio Maza (2002) relata em seu trabalho que a sociologia do empresário também é oriunda dos trabalhos de Frédéric Le Play e Émile Durkheim.

A influência dos norte-americanos também foi importante no pensamento de Roberto Simonsen. Segundo Cavalieri e Curado (2016), autores como o industrial Edward A. Ross, proponente da expressão “controle social” e que foi influente tanto entre sociólogos como entre economistas e, Lester Ward e Franklin Giddins, responsáveis pela introdução da estatística nos estudos sociais. Esse aspecto foi marcante nos trabalhos de Simonsen, pois ele buscava atuar sempre com base em estudos empíricos propiciados pela estatística, sendo, para o empresário, uma das principais ferramentas de descrição científica da realidade social.

A questão suscitada por Bielschowsky (1996, p. 87) sobre a pouca familiaridade de Simonsen com a teoria econômica merece destaque. O autor alega que o industrial trabalhava sobre um “vazio teórico”. Todavia, Bruzzi Curi (2015) traz uma abordagem interessante sobre o tema, alegando que Roberto foi um pensador de múltiplas referências, o protecionismo de List e Mihail Manoilescu, a abordagem crítica de João Lúcio de Azevedo, a sociologia dos norte-americanos, conforme observado anteriormente, o planejamento instrumental de Carl Landauer e que, com isso, não pairou sobre um “vazio teórico”.

O que acontece, de fato, é que a abordagem de Simonsen foi multifacetada, o que fez com que sua visão fosse a história como forma de abordar problemas econômicos e possui afinidade com o projeto dos economistas historicistas alemães.

BIBLIOGRAFIA

O empresário gostava de escrever e produziu diversas obras, dentre quais destacam-se as principais no quadro abaixo:

Anos	Principais obras
1911	O município de Santos
1919	Trabalho moderno
1930	As crises no Brasil
1931	As finanças e a indústria

1931	A construção dos quartéis para o Exército
1932	À margem da profissão
1934	Ordem econômica e padrão de vida
1937	História econômica do Brasil (2 volumes)
1938	Aspectos da história econômica do café
1939	Objetivos da engenharia nacional
1943	As indústrias e as pesquisas tecnológicas
1947	O Plano Marshall e a América Latina

HISTÓRIA ECONÔMICA

Roberto Cochrane Simonsen foi um pioneiro da história econômica no país (LEÃO, PINTO, SILVA, 2015), lecionou a disciplina de história econômica do Brasil, na atual Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e buscou compreender a história econômica brasileira e sua inserção no mercado internacional para poder traçar quais seriam os rumos que a industrialização deveria tomar (TEIXEIRA, MARIGNONI, GENTIL; 2010).

Simonsen escreveu o clássico História Econômica do Brasil recheado por dados e tabelas. O discurso, juntamente com outros textos de sua autoria, poderia ser visto como um esboço desta que foi sua obra maior, a alentada História Econômica do Brasil que, ao longo de quase 500 páginas, buscou dar conta de um período que se estende de 1500 a 1820. Trata-se da primeira obra abrangente a tratar do assunto na historiografia econômica nacional. O volume, lançado no final de 1937, é uma compilação do curso que ministrou na faculdade, durante período letivo anterior. Neste ano, tornou-se o primeiro titular da cadeira de História Econômica do Brasil. Um exemplo da importância desse livro é o fato de que teria fornecido dados históricos e inspiração intelectual para Celso Furtado: isso é atestado pelas referências à obra de Simonsen, em Formação Econômica do Brasil, de 1959 (TEIXEIRA, MARIGNONI, GENTIL; 2010; BRUZZI CURI, 2015; LEÃO, PINTO, SILVA, 2015).

O traço a ser destacado nas contribuições de Simonsen ao debate é a integração entre história e economia, que deu ao seu discurso condições de possibilidade. Simonsen criticava a abordagem de Gudin porque ela pressupunha uma “cristalização” das leis econômicas, vistas como válidas para qualquer país do mundo (BRUZZI CURI, 2014).

Nesse sentido, pode-se avançar que o principal aporte de Simonsen como pensador da economia no Brasil talvez seja seu pendore para a história como forma de abordar problemas econômicos. Seu pensamento distinguia-se das tradições clássica e neoclássica em economia por recusar o estabelecimento de leis econômicas abrangentes (BRUZZI CURI, 2015).

O intuito pretendido era que, ao se utilizar da história, seria possível chegar à conclusão do porquê de modelos não se adaptarem eficientemente à realidade brasileira e a

origem de entraves.

INDUSTRIALIZAÇÃO

Simonsen foi o maior industrialista que o Brasil já teve (IPEA, 2010) e, de acordo com Bielschowsky (1996), o maior líder industrial do país, portanto, uma de suas maiores contribuições foi no campo da industrialização, fazendo larga promoção das atividades industriais e uma mudança na visão do papel da indústria para a sociedade, onde a industrialização seria o caminho para se atingir a modernidade e o desenvolvimento, contendo elementos básicos do ideário desenvolvimentista (BIELSCHOWSKY, 1996; CURI, CUNHA, 2011; LEÃO, PINTO, SILVA, 2015).

A industrialização, para Roberto, se daria em vários eixos, o primeiro era que a industrialização era uma forma de se superar a pobreza, e o segundo é que a industrialização teria que se dar de forma integrada, envolvendo as indústrias de base (aço, química pesada, dentre outros), ou seja, a indústria teria que crescer de forma integral, com grande proteção às nascentes e incentivos por parte do Estado através da intervenção econômica. (TEIXEIRA, MARIGNONI, GENTIL, 2010).

Conforme mencionado anteriormente, Cepêda (2011) destaca a relevância de Simonsen com base na industrialização e planejamento como mecanismos para mudança social em prol da modernização, com pró-industrialismo de filiação ao modelo protecionista de List e Manoilescu e de fundamentação keynesiana.

O grande problema encontrado por Simonsen, tema que estava em discussão na época, defendido pelos economistas clássicos, era a vocação agrária do país (BIELSCHOWSKY, 1996; CURI, CUNHA, 2011; BRUZZI CURI, 2014; LEÃO, PINTO, SILVA, 2015). O argumento era que o Brasil não deveria investir em indústrias artificiais tendo em vista que, conforme SERVA apud FAUSTO (1994, p. 33):

O Brasil é um país essencialmente agrícola. O que lhe importa fundamentalmente é explorar com a lavoura a pecuária e a mineração, os 8.500.000 Km² que possuímos e dos quais oitenta ou noventa por cento ainda estão desaproveitados. É apenas ridículo sacrificar o interesse dessa exploração ao de meia dúzia de industriais do Rio e de São Paulo.

O industrial teve um papel importante nessa discussão, cumpria a função de cimentar a ideologia industrialista em oposição à hegemonia econômica e política do setor agrário-exportador (CEPÊDA, 2006). Roberto Simonsen entendia que, enquanto persistisse a divisão do trabalho, na qual cabia aos países latino-americanos o papel de exportador de produtos primários, jamais deixariam de ocupar posição de periferia do mundo. Seria através da industrialização que o país deixaria de exportar produtos primários e deixar de ocupar a posição de periferia do mundo (CURI, CUNHA, 2011; BRUZZI CURI, 2014; LEÃO, PINTO, SILVA,

2015), antecipando o que viria a ser teorizado pela Cepal.

Um dos assuntos mais espinhosos do período abordado por Simonsen foi a questão do financiamento (BIELCHOWSKY, 1996; DOELLINGER, 1977). No início dos anos 30, ele havia proposto a criação de bancos industriais, mas no final da II Guerra esperava o apoio norte-americano ao desenvolvimento, através de empréstimos governo a governo, por razões político-militares e, certamente, inspirava-se no exemplo da siderurgia, obtida dessa forma. Sua crença de que os recursos para o financiamento das ações sugeridas pelo seu plano de desenvolvimento pudessem ser obtidos com uma negociação direta com os Estados Unidos foi reforçada pela substancial ajuda americana à Europa, através do Plano Marshall.

Importante ressaltar aqui que, na visão do empresário, a industrialização era um meio para se atingir o desenvolvimento e que para dar certo era necessária a intervenção do Estado na economia e Planificação Econômica, interligando três pontos importantes da produção intelectual do autor. Essa visão holística sobre as ideias de Simonsen pode ser observada em sua controvérsia do planejamento, ponto que será debatido em tópico específico adiante.

PLANEJAMENTO ECONÔMICO

Roberto Simonsen escreveu um documento cujo título era A Planificação da Economia Brasileira. Nele, o autor buscava justificar a necessidade da intervenção estatal naquele estágio do desenvolvimento local das forças produtivas, e que posteriormente desencadeou a controvérsia do planejamento conforme apresentado a seguir (TEIXEIRA, MARIGNONI, GENTIL, 2010).

Um dos eixos estruturantes do pensamento de Roberto Simonsen dizia respeito à necessária participação do Estado. Para ele, o sucesso do projeto de industrialização dependia de um decidido apoio governamental, onde o protecionismo e o planejamento econômico seriam instrumentos indispensáveis para a promoção do desenvolvimento (MAZA 2002; CEPÊDA, 2006; 2011; BRUZZI CURI, 2015) De acordo com Simonsen apud Teixeira, Maringoni, Gentil (2010, p. 22):

[...] impõe-se [...] a planificação da economia brasileira em moldes capazes de proporcionar os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais de nossa população e prover o país de uma estrutura econômica e social, forte e estável, fornecendo à nação os recursos indispensáveis à sua segurança e à sua colocação em lugar condigno, na esfera internacional.

Os documentos de Simonsen tratam de seus temas recorrentes: o planejamento como forma de industrializar o país, a quadruplicação da renda e o estabelecimento de um projeto de desenvolvimento consistente. De acordo com o industrialista, o planejamento econômico é uma técnica, e não uma forma de governo. Não exclui os empreendimentos

particulares. Pelo contrário, cria um ambiente de segurança de tal ordem que facilita o melhor e mais eficiente aproveitamento da iniciativa privada, que está intimamente ligada ao conceito da propriedade (CEPÊDA, 2003).

A visão era do planejamento como ferramenta necessária para manutenção da democracia como regime político. As liberdades políticas não seriam plenas caso os cidadãos não desfrutassem de um grau razoável de segurança econômica (SIMONSEN, 1945). Foi visto dentro do planejamento democrático como meio de construir os fundamentos socioeconômicos da paz e do bem-estar no século XX (TEIXEIRA, MARIGNONI, GENTIL; 2010).

DESENVOLVIMENTISMO

Roberto Simonsen foi visto, de acordo com Ricardo Bielschowsky (1996), como precursor do desenvolvimentismo. O desenvolvimentismo, segundo Bielschowsky, consiste na ideologia de transformação da sociedade brasileira a partir de um projeto econômico composto de alguns pontos fundamentais:

- 1º) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- 2º) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;
- 3º) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
- 4º) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 7).

Com base nos pontos fundamentais elencados por Bielschowsky, é possível notar que, de fato, a visão de Simonsen contempla, pela primeira vez, todos os ideários do desenvolvimentismo, fazendo-o um precursor, que adotava o chamado “Desenvolvimentismo Pioneiro”, pois conforme explorado em BRUZZI CURI, 2014, foi um dos que batalharam pela industrialização, pela superação da condição primário-exportador do Brasil, resistindo à ideia de vocação agrícola natural, sendo essa, uma ideologia de transformação social.

Segundo Bruzzi Curi e Cunha (2011), Simonsen aborda que a construção da consciência nacional seria fundamental para o progresso do Brasil, onde se compreenderia o atraso por meio do estudo da história econômica, com vistas às mazelas brasileiras. Conseguindo assim, entender o passado para planejar o futuro :

Procuraremos determinar, pela evolução comparativa entre os povos, a razão do atraso de nossas atividades econômicas em determinadas épocas e para determinadas regiões. (...). Esforçar-nos-emos, enfim, por indagar a origem dos muitos entraves que dificultaram e dificultam, a nossa evolução progressista. A um estudioso sincero de nossas questões econômicas uma conclusão, porém, desde logo se impõe: os povos que hoje se contam na vanguarda do progresso e da civilização libertaram-se, nos tempos modernos, de uma desorganização que os

estiolava; e a primeira manifestação de sua força foi a fixação de uma consciência nacional. (SIMONSEN, [1937] 1969, p. 24)

CONTROVÉRSIA DO PLANEJAMENTO

O documento que desencadeou a chamada “controvérsia do planejamento” é um artigo de Roberto Simonsen, apresentado ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, em 16 de agosto de 1944. O título era A planificação da Economia Brasileira e nele o autor buscava justificar a necessidade da intervenção estatal naquele estágio do desenvolvimento local das forças produtivas, alegando, em síntese, questões importantes já discutidas como produção intelectual do industrial (TEIXEIRA, MARIGNONI, GENTIL, 2010).

Seis meses após a elaboração do artigo, Eugênio Gudín enviou um documento ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial rebatendo todos os pontos, de forma mais detalhada e aprofundada, demonstrando deter um conhecimento teórico maior sobre a temática (BIELSCHOWSKY, 1996; TEIXEIRA, MARIGNONI, GENTIL, 2010). O documento era intitulado: Rumos da Política Econômica e defendia o ponto de vista de Gudín, que se apoiava na economia clássica. Em resumo, defendia a vocação agrária do país e era avesso à planificação econômica. Pregava que a solução seria investir na vocação agrária do país, baseado nos alicerces da economia clássica e de seus princípios, em especial do livre-mercado. (MAZA 2002; CEPÊDA 2006, 2011; BRUZZI CURI, 2015).

Três meses após a elaboração do documento por Gudín, Simonsen faz sua tréplica de maneira direta e com uma melhor fundamentação, debatendo os argumentos trazidos à baila por Gudín, e o acusa de deturpar suas teses ao descrevê-las. A última resposta de Gudín ocorre em 24 de agosto de 1945, o que seria inicialmente uma disputa econômica mostrou-se, antes de tudo, um enfrentamento político entre duas concepções de Estado e de sociedade (TEIXEIRA, MARIGNONI, GENTIL, 2010).

Ao se buscar um vencedor para a controvérsia, tal tarefa parece praticamente impossível, todavia, ao se analisar o que a história reservou após a discussão, existe um resultado claro. A partir do início dos anos 1950, o Brasil aprofunda a política desenvolvimentista e industrializante, iniciada após a Revolução de 1930. O fortalecimento do mercado interno e a orientação de substituição de importações, com forte presença do Estado, no bojo de inúmeras disputas políticas, dariam o tom até o início dos anos 1980. Por este viés, Simonsen afirmou, na prática, seus postulados (TEIXEIRA, MARIGNONI, GENTIL, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As teorias organizacionais têm sido influenciadas, principalmente, por dois

pensamentos oriundos das ciências naturais: o pensamento clássico e o pensamento sistêmico (STACEY et al., 2000). O pensamento clássico é baseado na mecânica newtoniana. As teorias organizacionais criadas a partir dele estão relacionadas à metáfora da organização como uma máquina (MORGAN, 2002). O pensamento sistêmico, por sua vez, é baseado na teoria geral dos sistemas e na cibernética. As teorias organizacionais criadas a partir dele estão relacionadas às metáforas da organização como um organismo (MORGAN, 2002).

As primeiras teorias organizacionais foram desenvolvidas no fim do século XIX e início do século XX, destacando-se a Teoria da Administração Científica de Taylor e a Teoria da Administração Geral de Fayol. Frederick W. Taylor (1856-1915) desenvolveu sua teoria a partir da necessidade, na época, do estabelecimento de padrões de produção precisos que servissem de referência para o pagamento de incentivos aos trabalhadores (WREN, 2005).

Há bastante tempo que me domina e preocupa esse problema da organização industrial – a organização científica como a denominam os norte-americanos e que está sendo adotada sofregamente pelos países mais adiantados em todos os ramos de sua atividade, e que visa, em síntese: a máxima economia na produção pela realização da máxima eficiência (SIMONSEN, 1973, p. 436).

Nessa linha de pensamento, Simonsen adverte que aqueles locais de trabalho que conseguem melhor se organizar, conseqüentemente, produzindo mais barato, são as que pagam melhores salários: “Lembrai-vos, porém, de que a melhoria das vossas condições, o vosso futuro, o vosso bem-estar, à vossa tranquilidade só podem repousar no trabalho produtivo e organizado” (SIMONSEN, 1973, p. 437).

Simonsen também se inspirava nos estudos de Fayol, pioneiro da Teoria da Administração Geral, que dividiu a organização em funções distintas e definiu a gestão como a atividade de prever, planejar, organizar, coordenar e controlar a organização através de um conjunto de regras, já que, assim, poderia manter uma ordem lógica dentro das empresas, tendo o controle social, além de possibilitar uma maior produtividade que seria dividida entre os trabalhadores. Ou seja, as duas teorias – a Administração Científica e a Administração Geral – foram desenvolvidas sob uma mesma ótica, mas com enfoques distintos: a primeira concentrou-se na oficina de trabalho (gestão da produção), enquanto que a segunda focou na organização como um todo (gestão geral) (WREN, 2005).

Para Simonsen, esse caminho entraria num ciclo que englobaria as duas classes, aumentando a produção e a premiação dos trabalhadores com um bom salário. Isso poderia estimular a economia do país:

[...] a industrialização, que de uma só vez conseguiria racionalizar o trabalho e aumentar a produção, conseqüentemente aumentando os ganhos da classe operária, que por sua vez teria ampliado seu poder de compra e, daí em diante, o ciclo do capitalismo se desenvolveria, não espontaneamente, mas como planejamento do Estado, a fim de não permitir desequilíbrios e de explorar de maneira mais racional as forças de produção (FREITAS JÚNIOR, 2013).

O modelo considera, ainda, outras propriedades que distinguem os sistemas abertos dos sistemas fechados. Uma delas é a equifinalidade, segundo a qual um sistema aberto pode alcançar um mesmo estado final a partir de diferentes condições iniciais e seguindo diferentes caminhos (VON BERTALANFFY, 1968). Von Bertalanffy almejava aplicar os princípios do modelo do sistema aberto, que é fundamentalmente matemático, às demais disciplinas acadêmicas. Para isso, ele criou a teoria geral dos sistemas, uma ciência geral da totalidade, cujo objetivo era o de identificar princípios gerais de organização que pudessem ser aplicados a qualquer classe de sistemas (CAPRA, 1996)

As contribuições de Roberto Simonsen para os Estudos Organizacionais no Brasil se destacam ao se olhar criticamente para seu trabalho, resta clara sua ideia de valorização do contexto nacional, ou seja, beber das fontes estrangeiras mas adequar a teoria ao projeto nacional (WANDERLEY, 2015). Outro aspecto importante é a adaptação das ideias estrangeiras às condições nacionais e aos argumentos pretendidos pelos receptores das mesmas, já que cada local tinha a sua cultura, sua particularidade e, sendo assim, não poderiam ser desrespeitadas ao se aplicar de forma integral as ideias de fora no Brasil. Seu pensamento sobre a função social da indústria, procurava reconciliar a indústria com os interesses nacionais e reintegrá-la à nacionalidade brasileira, harmonizando capital e trabalho, buscando, também, a valorização do homem latino-americano.

Em suas obras citadas anteriormente (SIMONSEN, 1934, 1937, 1939, 1943, 1947), o industrialista demonstrou que existem outros caminhos para se atingir o desenvolvimento, questionando a capacidade do livre mercado para melhoria da qualidade de vida da sociedade. Ao longo de suas obras, o autor demonstra a necessidade de melhoria da qualidade de vida da população e a vontade de se superar a pobreza no país, preocupação com a classe patronal e a população em geral, reconhecendo o papel preponderante do Estado.

O industrialista tinha uma visão do Brasil e da América Latina à frente de seu tempo, fazendo com que suas ideias, no final de sua carreira, tenham um alinhamento (em linhas gerais) com a abordagem decolonial definida no texto de Ballestrin (2013), que basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade. Os latino americanos teriam a capacidade, a partir de sua própria realidade, de promover o seu desenvolvimento, sem depender de “modelos” prontos dos outros países, saindo de um papel de submissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Roberto Simonsen obteve destaque no cenário nacional, o qual moveu os princípios da administração para iniciar o que poderia ser considerada a revolução para a evolução do

país na tentativa de se desenvolver. Suas ideias serviram como base para diversos pensadores, como Celso Furtado, e até hoje são estudadas, transmitindo pensamentos que estruturam um sistema que elevaria o Brasil a outra categoria frente à industrialização mundial.

O industrial conseguiu enxergar que a riqueza de recursos do país, sua grandeza territorial e uma mão de obra qualificada e principalmente organizada, bem administrada, faria com que o Brasil passasse de coadjuvante no cenário mundial, para um país forte e de grande competitividade.

A questão suscitada na controvérsia do planejamento é ainda discutida, sendo revestida de novas roupagens mais atuais, mas a essência da discussão ainda permanece a mesma: se desenvolver a partir da industrialização, defendida por Simonsen, ou a partir do aumento da produtividade agrícola, defendida por Gudin (TEIXEIRA, MARINGONI, GENTIL, 2010).

Simonsen foi um homem à frente de seu tempo, suas ideias foram pioneiras de várias teorias desenvolvidas posteriormente, suas contribuições para os Estudos Organizacionais podem ser caracterizadas na tentativa (ainda incipiente) na luta contra a posição de coadjuvante no pensamento desenvolvimentista, enfrentando e se desvinculando da matriz colonial de poder (MIGNOLO, 2011).

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. Decolonial turn and Latin America. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, 2013.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRUZZI CURI, Luís Felipe. **Entre a história e a economia: o pensamento econômico de Roberto Simonsen**. Dissertação de Mestrado em História Econômica. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BRUZZI CURI, Luís Felipe. **Entre a história e a economia: o pensamento econômico de Roberto Simonsen**. São Paulo: Alameda, 2015.

CAVALIERI, Marco Antônio; CURADO, Marcelo Luiz. As Influências norte-americanas de Roberto Simonsen: Controle social, institucionalismo e planejamento. **Estudos. Econômicos.**, São Paulo, vol. 46, n.2, p. 409-438, abr.-jun. 2016.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

CEPÊDA, Vera. **Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil: limites e**

impasses. São Paulo: FFLCH/USP, 2003.

_____. Estado, democracia e nação na teoria do subdesenvolvimento. **Revista Versões**, v. 1, p. 49-68, 2006.

_____. O problema do moderno no pensamento de Roberto Simonsen: crítica ao liberalismo e a questão nacional. In: **XV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2011, Curitiba. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011.

CURI, Luís Felipe; CUNHA, Alexandre. Redimensionando a contribuição de Roberto Simonsen à controvérsia do planejamento: pioneirismo e sintonia. In: **Anais do 39º Encontro Nacional de Economia**. Foz do Iguaçu, ANPEC, 2011.

DINIZ, Eli. **Empresários, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DOELLINGER, Carlos von; CAVALCANTI, Leonardo. **Empresas multinacionais na indústria brasileira**. Coleção Relatórios de Pesquisa, nº 29. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975.

DOELLINGER, Carlos von. **A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil 1930-1960**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA, Pedro. Desenvolvimentismo: A Construção do Conceito. 2013. Disponível em: <[http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201309121650480.ConceitoDesenvolvimentismo - Pedro Fonseca.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201309121650480.ConceitoDesenvolvimentismo-PedroFonseca.pdf)>. Acesso em: 18 dez 2016.

FREITAS JÚNIOR, Moacir. Um Plano Marshall para a América Latina: a contribuição de Roberto Simonsen para a tese do subdesenvolvimento latinoamericano. In: **Congresso Latinoamericano de Sociologia - ALAS 2013**, 29, GT 17: Pensamento Latinoamericano.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEÃO, Igor; PINTO, Thiago Luís; SILVA, Newton Garcia da. Roberto Simonsen na origem do moderno pensamento social brasileiro. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.24, n. 1 (53), p. 177-199, abr. 2015.

MAZA, Fábio. **O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação**. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 2002.

MIGNOLO, Walter. **The darker side of Western modernity: global futures, decolonial options**.

London: Duke University Press, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. Edgar Carone (Org.). São Paulo: Nacional: Universidade de São Paulo. Paulo, 1973.

_____. **Ensaio sociais, políticos e econômicos**. São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1945.

STACEY, Ralph; GRIFFIN, Douglas; SHAW, Patrícia. **Complexity and management: fad or radical challenge to systems thinking?** New York: Routledge, 2000.

TEIXEIRA, Aloísio; MARINGONI, Gilberto; GENTIL, Denise Lobato. **Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945**. São Paulo: IPEA, 2010.

TEIXEIRA, Charles Medeiros. **A controvérsia sobre o planejamento na economia brasileira: Gudin x Simonsen**. Monografia de graduação em Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

TUCHMAN, Gaye. Historical Social Science: Methodologies, Methods, and Meanings. In: TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VEGARA, Sílvia. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 5.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2004.

VIZEU, Fábio. Potencialidades na Análise Histórica nos Estudos Organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.50, n.1, jan/mar 2010, p. 037-047. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v50n1/a04v50n1.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2016.

VON BERTALANFFY, Ludwig. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1968.

WANDERLEY, Sérgio. Estudos organizacionais, (des) colonialidade e estudos da dependência: as contribuições da Cepal. **Cadernos EBAPE**. BR, v. 13, n. 2, p. 237, 2015.

WREN, Daniel. **The history of management thought**. 5th ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2005.